

# **FECAP**

## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023**

60736683/0001-71

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO

# Conselho de Curadores

Prezados Senhores, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas da Fundação, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Sílvio Álvares Penteadó Neto - **Presidente Honorário**

Shigeaki Ueki - **Presidente**

Abram Abe Szajman - **Vice-Presidente**

## **Conselheiros:**

Eduardo Augusto Rocha Pocetti

Guiomar Namó de Mello

Kazuo Watanabe

Mauro de Salles Aguiar

Jose Vicente Caixeta Filho

Tiago Nascimento Borges Slavov

Wagner Mar

# Conteúdo

Balancos patrimoniais.....	<b>4</b>
Demonstração do superávit (déficit).....	<b>5</b>
Demonstração das mutações do patrimônio social.....	<b>5</b>
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	<b>6</b>
Demonstração do valor adicionado.....	<b>6</b>
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	<b>7 a 15</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	<b>16 a 18</b>
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL .....	<b>19</b>

# Demonstrações Financeiras 2023

**FECAP**

FUNDAÇÃO ESCOLA DE  
COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO

Av. da Liberdade, 532 01502-001 - São Paulo - SP  
CNPJ 60.736.683/0001-71

## Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

### A TIVO (Expressos em milhares de reais)

### PASSIVO (Expressos em milhares de reais)

ATIVOS	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
<b>CIRCULANTES</b>				<b>CIRCULANTES</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	17.074	5.134	Fornecedores		1.512	548
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	1.713	Anuidades e contratos recebidos antecipadamente		2.318	1.731
Anuidades a receber - líquidas	5	7.992	8.353	Passivo de arrendamento	14	-	1.166
Outros créditos e valores		233	387	Impostos, encargos e contribuições a recolher	7	1.329	1.869
Despesas antecipadas		586	643	Provisão para férias e encargos sociais		1.397	1.492
Total dos ativos circulantes		<b>25.885</b>	<b>16.230</b>	Outras contas a pagar		145	987
<b>NÃO CIRCULANTES</b>				<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Realizável a longo prazo				Provisão para riscos (imunidade tributária)	8	19.739	17.755
Aplicações financeiras vinculadas	4	19.739	17.755	Provisão para riscos e processos judiciais	8	1.801	1.216
Anuidades a receber - líquidas	5	1.769	3.059	Contratos Recebidos Antecipadamente		232	161
Depósitos judiciais	8	725	674			<b>21.772</b>	<b>19.132</b>
		<b>22.233</b>	<b>21.488</b>	<b>Total do passivo</b>		<b>28.473</b>	<b>26.925</b>
Intangível	6	433	659	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>9</b>		
Imobilizado	6	33.634	32.801	Patrimônio social		46.854	46.854
		<b>56.300</b>	<b>54.948</b>	Reserva de reavaliação		2.165	2.174
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<b>82.185</b>	<b>71.178</b>	Superávit (déficit) acumulado		4.693	(4.775)
						<b>53.712</b>	<b>44.253</b>
				<b>TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>82.185</b>	<b>71.178</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Demonstrações Financeiras 2023

**FECAP**

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO

Av. da Liberdade, 532 01502-001 - São Paulo - SP  
CNPJ 60.736.683/0001-71

## Demonstração do superávit (déficit) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022 Reclassificação
<b>Receita líquida da atividade de ensino *</b>	<b>10</b>	<b>69.299</b>	<b>60.005</b>
Custos da atividade educacional *	11	(46.435)	(50.917)
<b>Superávit bruto</b>		<b>22.864</b>	<b>9.088</b>
<b>Despesas operacionais *</b>			
Gerais e administrativas	12	(10.976)	(9.985)
Provisão para anuidades de recebimento duvidoso		(3.031)	(2.218)
Depreciações e amortizações		(1.818)	(1.723)
Depreciação e amortização - Arrendamento		-	(1.400)
Propaganda e publicidade		(1.407)	(1.108)
Despesas não recorrente (locação pinheiros)	14	-	(746)
<b>Total de despesas operacionais</b>		<b>(17.232)</b>	<b>(17.180)</b>
<b>Receitas não operacionais *</b>			
Receita de locações		1.745	1.534
Outras receitas não operacionais		335	145
<b>Total de receitas operacionais</b>		<b>2.080</b>	<b>1.679</b>
<b>Superávit (déficit) antes do resultado financeiro</b>		<b>7.712</b>	<b>(6.413)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>13</b>		
Receitas financeiras		4.488	3.750
Despesas financeiras		(2.742)	(2.122)
<b>Total do resultado financeiro</b>		<b>1.746</b>	<b>1.628</b>
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>		<b>9.458</b>	<b>(4.784)</b>

## Demonstração das mutações do patrimônio social Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Patrimônio Social	Reserva de Reavaliação	Superávit Acumulado	Total
<b>Em 1º de janeiro de 2022</b>		<b>45.771</b>	<b>2.183</b>	<b>1.083</b>	<b>49.037</b>
Incorporação do superávit ao patrimônio social		1.083	-	(1.083)	-
Déficit do exercício		-	-	(4.784)	<b>(4.784)</b>
Realização da reserva de reavaliação	9 b)	-	(9)	9	-
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>46.854</b>	<b>2.174</b>	<b>(4.775)</b>	<b>44.253</b>
Superávit do exercício		-	-	9.458	<b>9.458</b>
Realização da reserva de reavaliação	9 b)	-	(9)	9	-
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>46.854</b>	<b>2.165</b>	<b>4.693</b>	<b>53.712</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

\* Para fins de melhor apresentação comparativa dessas informações efetuamos reclassificação, entre rubricas, dos saldos anteriormente divulgados nas demonstrações contábeis elaboradas em 31 de dezembro de 2022.

## Demonstração do superávit (déficit) abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>	<b>9.458</b>	<b>(4.784)</b>
Outros Resultados Abrangentes	-	-
<b>Total do superávit (déficit) abrangente do exercício</b>	<b>9.458</b>	<b>(4.784)</b>

# Demonstrações Financeiras 2023

**FECAP**

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ALVARES PENTEADO

Av. da Liberdade, 532 01502-001 - São Paulo - SP  
CNPJ 60.736.683/0001-71

## Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/12/2023	31/12/2022 Reclassificação
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Superávit (Déficit) do exercício</b>		9.458	(4.784)
<b>Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com o Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:</b>			
Depreciações e amortizações		1.818	1.723
Provisão para anuidade de recebimento duvidoso, líquido da parcela realizada	5	3.328	2.221
Custo residual do imobilizado baixado		4	4
Constituição de provisão para riscos e processos judiciais	8	700	1.384
Aplicações financeiras vinculadas *	4	(1.984)	(1.731)
Provisão para contingência (imunidade tributária) *	8	1.984	1.731
Arrendamento pinheiros	14	-	1.166
<b>(Aumento) redução nos ativos:</b>			
Anuidades a receber	5	(1.677)	(2.597)
Aplicações financeiras vinculadas *	4	1.713	(1.567)
Outros créditos e valores		154	368
Despesas antecipadas		57	(16)
Depósitos judiciais	8	(51)	(50)
<b>Aumento (redução) nos passivos:</b>			
Fornecedores		964	(160)
Impostos, encargos e contribuições a recolher		(540)	242
Anuidades e contratos recebidos antecipadamente		658	(124)
Direito de uso (Arrendamento)	14	(1.166)	(719)
Pagamento de férias e encargos sociais		(95)	(272)
Pagamento de riscos e processos judiciais	8	(115)	(8)
Outras contas a pagar		(842)	702
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>14.368</b>	<b>(2.487)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento *</b>			
Aquisição de bens do ativo imobilizado e de intangível	6	(2.428)	(903)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>(2.428)</b>	<b>(903)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>11.940</b>	<b>(3.390)</b>
<b>Demonstração do acréscimo no caixa e equivalente a caixa</b>			
No início do exercício	3	17.074	5.134
No final do exercício	3	5.134	8.524

\* Para fins de melhor apresentação comparativa dessas informações efetuamos reclassificação, entre rubricas, dos saldos anteriormente divulgados nas demonstrações contábeis elaboradas em 31 de dezembro de 2022.

## Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/12/2023	31/12/2022 Reclassificação
<b>RECEITAS</b>			
Anuidades e outras receitas de ensino*	10	69.299	60.005
Provisão para anuidades de recebimento duvidoso	5	3.328	2.221
Outras receitas		1.745	1.535
		<b>74.372</b>	<b>63.761</b>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>			
Custos dos serviços prestados		(7.601)	(7.832)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(9.802)	(5.869)
Baixas de ativos		(4)	(4)
		<b>(17.407)</b>	<b>(13.705)</b>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		<b>56.965</b>	<b>50.056</b>
<b>RETENÇÕES</b>			
Depreciação e amortizações	6	(1.818)	(1.723)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO</b>		<b>55.147</b>	<b>48.333</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>			
Receitas financeiras	13	4.488	3.751
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<b>59.635</b>	<b>52.084</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>			
Pessoal e encargos*	11	45.410	52.693
Impostos, taxas e contribuições	11	2.025	1.899
Encargos financeiros e aluguéis		2.742	2.276
Superávit (déficit) do exercício		9.458	(4.784)
<b>Valor adicionado distribuído</b>		<b>59.635</b>	<b>52.084</b>

\* Para fins de melhor apresentação comparativa dessas informações efetuamos reclassificação, entre rubricas, dos saldos anteriormente divulgados nas demonstrações contábeis elaboradas em 31 de dezembro de 2022.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## SEÇÃO A – INFORMAÇÕES GERAIS

### 1.1 Contexto operacional

A Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado FECAP ("Fundação") é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída em 1923. A Fundação é mantenedora do Colégio FECAP (educação básica) e do Centro Universitário Álvares Penteado (educação superior) e tem como objetivo proporcionar e divulgar no País o ensino comercial em todos os seus ramos e graus, cultivando as ciências econômicas, contábeis, administrativas e outras afins ou conexas.

A Fundação tem prazo de duração indeterminado e sua extinção só poderá ser verificada nos casos previstos em lei, por deliberação unânime de todos os membros do Conselho de Curadores, em reunião especial e regularmente convocada para esse fim.

Para a administração de suas atividades, a Fundação possui a seguinte estrutura:

a) O Presidente Honorário, representante da família do Conde Antônio de Álvares Leite Penteado;

b) Conselho de Curadores, composto pelo Presidente Honorário, como membro nato e vitalício, e por nove membros, sendo oito membros eleitos pelos próprios membros do Conselho para mandato de cinco anos, podendo ser reeleitos, e um membro indicado pelo Conselho Universitário – CONSUNI, dentre os seus membros efetivos, com duração de mandato simultâneo àquele exercido no CONSUNI;

c) O Conselho Fiscal, composto por três membros, sendo pelo menos um deles diplomado em Ciências Contábeis, Economia ou Administração de Empresas, eleitos e empossados pelo Conselho de Curadores, com mandato de dois anos, podendo ser reeleitos;

d) A Superintendência Executiva, composta por dois integrantes: Superintendente-Geral e Superintendente Adjunto, eleitos e empossados pelo Conselho de Curadores, podendo ser reeleitos. Os membros da Superintendência Executiva poderão ser, a qualquer tempo, destituídos ou dispensados pelo Conselho de Curadores;

e) As unidades de ensino FECAP - Colégio e Centro Universitário;

f) Os órgãos de apoio, consultoria e assessoria;

g) A administração superior da Fundação é da competência do Conselho de Curadores, a fiscalização das contas é atribuído do Conselho Fiscal e a condução executiva da Fundação e a supervisão das unidades de ensino e dos órgãos de apoio, consultoria e assessoria cabem à Superintendência Executiva.

h) Os Membros do Conselho Fiscal da Fundação, em reunião realizada no dia 20 de março de 2024, opinaram favoravelmente a respeito das demonstrações contábeis e que se encontram em condições de ser aprovadas e autorizadas para divulgação em reunião do Conselho de Curadores de 26 de março de 2024.

#### 1.1.1 Imunidade Tributária

Em 23 de setembro de 2019, a FECAP impetrou o mandado de segurança no 501745-76.2019.4.03.6100, com o objetivo de afastar ato que a obrigasse ao recolhimento da contribuição previdenciária sobre a sua folha de pagamento e da contribuição ao PIS. Como a decisão liminar foi favorável, a FECAP deixou de recolher tais contribuições, mantendo o respectivo valor em contingenciamento, em contas de aplicações financeiras específicas para tal finalidade.

Em 16 de dezembro de 2021, foi aprovada a Lei Complementar no 187, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7o do art. 195 da Constituição Federal.

##### 1.1.1.1. Imunidade Tributária – CEBAS

A Fundação é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS na área da educação, concedido em 26 de dezembro de 2022, por meio da Portaria SERES no 1.133, de 23 de dezembro de 2022, por ter cumprido os requisitos legais vigentes à época. A vigência do certificado abarca o período de 26 de dezembro de 2022 a 26 de dezembro de 2025. Desta forma, em 2023, devido à obtenção da certificação do CEBAS, em contrapartida às bolsas de estudo concedidas, a Fundação usufruiu de imunidade contributiva para a seguridade social (que inclui PIS sobre folha de pagamento, COFINS sobre faturamento e, contribuição previdenciária INSS patronal e terceiros e RAT) cujos detalhes são apresentados na Nota 15.

### 1.2 Eventos importantes

#### (a) Ação Civil Pública

Em 20 de outubro de 2012, a Controladoria da FECAP entregou aos Membros do Conselho Fiscal da Fundação relatório informando possíveis irregularidades na Administração Superior da Entidade, envolvendo o Presidente do Conselho Curador, o Superintendente Geral e outros funcionários, o qual foi encaminhado a todos os membros do Conselho Curador da Fundação e ao Dr. Promotor da Curadoria de Fundações do Ministério Público do Estado de São Paulo - MPSP. A partir de então, foi instaurado o Inquérito Civil no 03/2012.

Diante das conclusões do inquérito civil, a Curadoria de Fundações do MPSP e a FECAP ajuizaram Ação Civil Pública, que foi distribuída para o MM Juiz de Direito da 23o Vara Cível do Foro Central da Capital, em 29 de agosto de 2014.

Em primeiro grau de jurisdição, foi proferida sentença julgando parcialmente procedentes os pedidos formulados e o processo está em fase de julgamento de recursos de apelação apresentados pelas partes.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, especificamente a ITG 2002 (R1), relativa a Entidades sem fins lucrativos.

### 2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

### 2.3 Principais práticas contábeis

#### a) Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer a elaboração de estimativas e a consideração de premissas por parte da Administração da Fundação que afetam os valores dos ativos e passivos apresentados nas datas das demonstrações financeiras, bem como, os valores das receitas e das despesas dos exercícios apresentados. Embora essas estimativas tenham como base o melhor conhecimento disponível dos Administradores da Fundação com relação a eventos presentes e futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As contas que usualmente requerem o uso de estimativas são: (a) provisão para créditos de liquidação duvidosa; (b) vida útil estimada do imobilizado; (c) crédito de precatório - estimativa para redução ao valor de mercado; (d) estimativa do valor de mercado do imobilizado para fins de teste de valor recuperável dos ativos - "impairment"; e (e) provisão para riscos e processos judiciais. A Fundação revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

#### b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Fundação são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

#### c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, saldos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da

## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

aplicação. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, que equivalem aos seus valores justos no encerramento do exercício.

### d) Anuidades a receber e demais créditos

Registrados e mantidos nas demonstrações financeiras por seus valores nominais, ajustados, quando necessário, pelos seus valores de realização e classificados no circulante e não circulante com base na expectativa de realização inferior ou superior a 12 meses.

### e) Provisão para anuidades de recebimento duvidoso

Constituída em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das anuidades e dos demais créditos a receber, com base no histórico existente.

### f) Imobilizado e Intangível

Registrado ao custo de aquisição, acrescido de reavaliação efetuada em 1993. A Fundação efetuou nova reavaliação dos bens em 30 de junho de 2004. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 6, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens reavaliados.

Devido às mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a reavaliação de ativos deixou de ser permitida, mas facultou a manutenção dos saldos restantes, a serem depreciados conforme as vidas úteis dos bens reavaliados.

Conforme o CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Fundação revisou a vida útil dos itens do ativo imobilizado e concluiu pela não necessidade de se alterar os valores de custo residual de seus ativos, da mesma forma que entende que as vidas úteis atribuídas aos seus ativos, com base em estudo desenvolvido internamente por profissionais experientes, estão adequadas, não havendo modificações em relação às utilizadas em exercícios anteriores.

A Fundação, em atendimento ao CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, efetuou teste de recuperação para os bens do ativo imobilizado e itens do intangível, no caso da existência de indícios de desvalorização.

### g) Ativos e passivos financeiros

Os valores recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis, incluindo anuidades a receber, caixa e equivalentes de caixa e outros, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

Os passivos financeiros, incluindo parcelamentos de contribuições sociais a recolher, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

### h) Anuidades recebidas antecipadamente

Representam valores recebidos relativos a mensalidades referentes ao exercício seguinte e que são reconhecidas no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

### i) Provisão para riscos e processos judiciais

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### j) Apuração do resultado e reconhecimento de receitas

A receita é reconhecida com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Fundação reconhece a receita, quando transfere o controle sobre o serviço prestado ao cliente. A Fundação atua na área educacional e calcula o reconhecimento da receita mensalmente, de acordo com a realização das aulas, ou seja, à medida que os serviços são prestados. O preço de venda é determinado com base nos preços de tabela em que a Fundação vende os produtos em transações separadas. As receitas não incluem contraprestações variáveis, direitos de devolução ou garantias, abatimentos por antecipação e componente de financiamento.

Ativos e passivos financeiros relacionados com as operações são reconhecidos conforme atinjam as características de instrumentos financeiros estabelecidas no CPC 48.

### k) Arrendamento

#### Ativos de direito de uso

A Fundação reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso estão relacionados a locação de imóveis e são depreciados linearmente, período de contrato.

#### Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Fundação reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Fundação usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

#### Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Fundação aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

### Seção C – Notas explicativas relevantes

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Recursos em caixa e bancos</b>		
Recursos em bancos	244	152
	<b>244</b>	<b>152</b>
<b>Aplicações financeiras</b>		
	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Banco XP Investimentos (i)	8.009	670
Banco Itaú fundo (ii)	2.485	-
Banco do Brasil fundo (iii)	2.292	-
Banco CEF fundo (iv)	2.486	-
Santander - Fundo RF CR INS AD (v)	819	533
Conta Max Santander (vi)	380	108
Santander Fundo corporate DI Premium (vii)	359	1.720
Santander - CDB DI (viii)	-	1.786
CEF (Convênio APEX/PEIEX)	-	165
	<b>16.830</b>	<b>4.982</b>
<b>Total</b>	<b>17.074</b>	<b>5.134</b>

(i) Aplicações em instrumentos de renda fixa pós-fixados. Em 31/12/2023, a carteira estava composta por: 82,2% em Letras Financeiras do Tesouro (LFT); 9,5% em Certificados de Depósito Bancário (CDB) indexados ao CDI, distribuídos entre 5 emissores, nenhum com saldo superior aos valores cobertos pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC), com rendimento médio ponderado de 106,3% do CDI; e 8,3% no fundo BV Banks Renda Fixa CP FI, que tem por objetivo aplicar os recursos em crédito bancário de emissores de baixo risco, com rendimento de 105,3% do CDI em 2023;

(ii) Itaú High Grade RF Crédito Privado FICFI: o fundo aplica em outros fundos de investimento classificados como renda fixa que investem em ativos de taxas de juros, índices de preço e crédito. A rentabilidade em 2023 foi de 106,5% do CDI;

(iii) BB Renda Fixa Longo Prazo Corporate Bancos FICFI: o fundo aplica em outros fundos que apresentem em sua composição ativos financeiros e operações com prazo médio de carteira superior a 365 dias. A rentabilidade em 2023 foi de 101,4% do CDI;

(iv) Caixa FI Diamante Corporativo Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo: busca superar a variação do CDI, por meio da aplicação de recursos em ativos financeiros de renda fixa públicos e privados, indexados a taxas de juros prefixadas, pós-fixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços. A rentabilidade em 2023 foi de 105,5% do CDI;

(v) Santander Renda Fixa Crescimento Institucional Advanced FICFI: o fundo busca aplicar em outros fundos de investimento que invistam em ativos de renda fixa, públicos ou privados, relacionados à variação das taxas de juros (pós ou pré-fixados), de índices de preços, ou ambos. A rentabilidade em 2023 foi de 99,8% do CDI;

(vi) Conta Max é um serviço de aplicação e resgate automático que remunera o saldo disponível em conta corrente;

(vii) Santander Renda Fixa Referenciado DI Premium FICFI: o fundo busca aplicar os recursos em outros fundos de investimento que invistam em ativos de renda fixa, públicos ou privados, que busquem acompanhar o CDI. A rentabilidade em 2023 foi de 103,0% do CDI;

(viii) CDB emitido pelo Banco Santander com rentabilidade de 99,0% do CDI.

### 4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Circulante</b>		
Safra Investimentos – (i)	-	1.713
	<b>-</b>	<b>1.713</b>
<b>Não circulante</b>		
Santander Fundo corporate DI premium (ii)	12.064	13.274
Safra Investimentos – (iii)	7.675	4.481
	<b>19.739</b>	<b>17.755</b>
<b>Total</b>	<b>19.739</b>	<b>19.468</b>

(i) O Vinculado à carta de fiança locatícia com o Banco Safra, referente ao contrato de locação da Unidade Pinheiros, cujo distrato foi assinado no exercício de 2022;

(ii) O saldo está vinculado à conta de Provisão para Riscos (Imunidade Tributária), cujos detalhes são apresentados na Nota 8. Recursos aplicados no Santander Renda Fixa Referenciado DI Premium FICFI. O fundo busca aplicar os recursos em outros fundos de investimento que invistam em ativos de renda fixa, públicos ou privados, que busquem acompanhar o CDI. A rentabilidade em 2023 foi de 103,0% do CDI;

(iii) O saldo está vinculado à conta de Provisão para Riscos (Imunidade Tributária), cujos detalhes são apresentados na Nota 8. Recursos aplicados em: 62,8% em CDB de emissão do Banco Safra, com rentabilidade de 102,0% do CDI; 28,6% no Safra Capital Market Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado, com carteira composta por títulos de renda fixa públicos e privados principalmente, com rentabilidade de 101,4% do CDI em 2023; e 8,6% no Safra Agilité Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado, com carteira composta por títulos de renda fixa públicos e privados principalmente, com rentabilidade de 106,5% do CDI em 2023.

### 5. ANUIDADES A RECEBER – LÍQUIDAS

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Circulante</b>		
Anuidades a receber	10.423	10.868
Cartões de crédito a receber	2.067	1.429
Anuidades a receber relacionados ao Programa de Financiamento Estudantil – FIES	415	758
(-) Provisão para anuidades de recebimento duvidoso	(4.913)	(4.702)
<b>Total</b>	<b>7.992</b>	<b>8.353</b>
<b>Não circulante</b>		
Anuidades a receber	3.932	4.730
(-) Provisão para anuidades de recebimento duvidoso e Ajuste a valor presente de anuidades a receber no exercício	(2.162)	(1.671)
	<b>1.769</b>	<b>3.059</b>
<b>Total anuidades a receber – líquidas</b>	<b>9.761</b>	<b>11.412</b>
<b>Total anuidades a receber – bruta</b>	<b>16.837</b>	<b>17.785</b>

A seguir estão apresentados os vencimentos dos saldos de anuidades a receber em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 6. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

#### A) COMPOSIÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022		
				Taxa anual de depreciação %	Custo de Aquisição reavaliado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
<b>Vencidos:</b>			<b>Imobilizado:</b>					
De 1 a 30 dias	905	1.121	Terrenos	-	9.051	-	9.051	9.051
De 31 a 60 dias	696	795	Edifícios	2	33.035	(13.489)	19.546	20.319
De 61 a 90 dias	705	758	Equipamentos de segurança	5	367	(291)	76	83
De 91 a 120 dias	696	756	Móveis e utensílios	6,66	2.711	(2.293)	418	451
Acima de 120 dias	2.421	2.296	Computadores	20	6.341	(4.244)	2.097	656
<b>Total</b>	<b>5.423</b>	<b>5.726</b>	Central de ar-condicionado	6,66	1.590	(1.319)	271	261
<b>Vencidos:</b>			Elevadores	2	471	(192)	279	290
<b>A vencer em:</b>			Equipamentos fotográficos	10	209	(166)	43	16
2023	-	7.329	Equipamentos de rádio e TV	6,66	79	(65)	14	15
2024	7.482	2.327	Equipamentos de audiovisual	6,66	1.679	(1.198)	481	469
2025	1.693	1.214	Máquinas e equipamentos	5	1.036	(479)	557	590
2026	1.135	784	Móveis escolares	20	1.707	(1.585)	122	20
2027	793	276	Biblioteca	10	2.140	(1.915)	225	182
2028	156	57	Outros	10	840	(386)	455	398
2029	94	38	<b>Totais</b>		<b>61.256</b>	<b>(27.622)</b>	<b>33.634</b>	<b>32.801</b>
2030	40	27	<b>Intangível</b>					
2031	17	7	Software	20	1.064	(984)	80	220
2032	4	-	Direitos autorais		590	(237)	353	439
<b>Total</b>	<b>16.837</b>	<b>17.785</b>	<b>Subtotal</b>		<b>1.654</b>	<b>(1.221)</b>	<b>433</b>	<b>659</b>
			<b>Total do Ativo Permanente</b>		<b>62.910</b>	<b>(28.842)</b>	<b>34.067</b>	<b>33.460</b>

A movimentação da provisão para anuidades de recebimento duvidoso nos exercícios foi a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Saldos iniciais:</b>	<b>(6.373)</b>	<b>(6.272)</b>
<b>Baixa da provisão para anuidades de recebimento duvidosos - período de:</b>		
2021 em 2022 e período de 2022 em 2023 para incobráveis (i)	2.626	2.120
Provisão para anuidades a receber constituída no exercício	(3.031)	(2.218)
Ajuste a valor presente de anuidades a receber no exercício	(297)	(3)
<b>Saldos finais</b>	<b>(7.075)</b>	<b>(6.373)</b>
Circulante	(4.913)	(4.702)
Não Circulante	(2.162)	(1.671)

(i) Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Administração da Fundação baixou contra a provisão para anuidades de recebimento duvidoso os títulos em aberto que foram considerados com alto risco de inadimplência.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### B) RESERVA DE REAVALIAÇÃO

Em 1º de julho de 2004, a Administração aprovou a reavaliação dos bens do imobilizado. O laudo de avaliação aprovado foi emitido por avaliadores independentes na data-base 30 de junho de 2004. Conforme permitido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, a Fundação optou em manter os valores reavaliados e não fez novas reavaliações.

Em 2023, a Fundação revisou o valor dos seus ativos, bem como as vidas úteis utilizadas para depreciação e amortização dos bens tangíveis e intangíveis, e concluiu pela não necessidade de se efetuar modificações nos valores e pela não alteração das estimativas de vidas úteis para os exercícios de 2023 e de 2022, tendo em vista a conclusão da adequação das vidas úteis já utilizadas anteriormente.

O saldo residual dos ajustes de reavaliação é o seguinte:

	Saldo residual	
	31/12/2023	31/12/2022
Terrenos	1.988	1.988
Edifícios	139	145
Instalações e equipamentos	38	41
<b>Total da reserva de reavaliação remanescente</b>	<b>2.165</b>	<b>2.174</b>

### C) MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A movimentação do imobilizado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2023 foi a seguinte:

	Saldo em 31/12/2021			Saldo em 31/12/2022			Saldo em 31/12/2023		
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas
Terrenos	9.051	-	-	9.051	-	-	9.051	-	-
Edifícios	33.035	-	-	33.035	-	-	33.035	-	-
Equipamentos de segurança	361	4	-	365	1	-	366	-	-
Móveis e utensílios	2.666	-	(1)	2.665	46	-	2.711	-	-
Computadores	4.536	23	(4)	4.555	1.816	(30)	6.341	-	-
Central de ar-condicionado	1.524	-	-	1.524	69	(2)	1.591	-	-
Elevadores	471	-	-	471	-	-	471	-	-
Equipamentos fotográficos	177	-	-	177	32	-	209	-	-
Equipamentos de rádio e TV	82	-	(3)	79	-	-	79	-	-
Equipamentos de audiovisual	1.538	84	(13)	1.609	86	(15)	1.680	-	-
Máquinas e equipamentos	710	326	(9)	1.027	9	-	1.036	-	-
Móveis escolares	1.580	2	(1)	1.581	126	-	1.707	-	-
Biblioteca	2.032	25	-	2.057	83	-	2.140	-	-
Benfeitoria em propriedades de terceiros	1.395	-	(1.395)	-	-	-	-	-	-
Outros	728	7	-	735	104	-	839	-	-
Direito de uso de imóvel	8.697	-	(8.697)	-	-	-	-	-	-
<b>Total do imobilizado</b>	<b>68.583</b>	<b>471</b>	<b>(10.123)</b>	<b>58.931</b>	<b>2.372</b>	<b>(47)</b>	<b>61.256</b>		
Software e utilitários	1.064	-	-	1.064	-	-	1.064	-	-
Direitos autorais	103	432	-	535	55	-	590	-	-
<b>Total intangível</b>	<b>1.167</b>	<b>432</b>	<b>-</b>	<b>1.599</b>	<b>55</b>	<b>-</b>	<b>1.654</b>		
<b>Total do imobilizado e intangível</b>	<b>69.750</b>	<b>903</b>	<b>(10.123)</b>	<b>60.530</b>	<b>2.428</b>	<b>(47)</b>	<b>62.910</b>		

### 7. IMPOSTOS, ENCARGOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/2023	31/12/2022
IRRF	(773)	669
Fundo de garantia	(334)	291
INSS a recolher	(211)	842
Outros (i)	(11)	67
<b>Total</b>	<b>(1.329)</b>	<b>(1.869)</b>

(i) Refere-se a Contribuições para Sindicatos e, CSLL e ISS sobre o pagamento de autônomos.

### 8. PROVISÃO PARA RISCOS E DEPÓSITO JUDICIAL

A Fundação está sujeita, no curso de suas atividades, a questionamentos de natureza legal envolvendo aspectos trabalhistas, fiscais e cíveis.

A Administração avalia periodicamente os riscos associados aos questionamentos em curso e de seu conhecimento e, com base na opinião de seus advogados externos, no histórico de ações da mesma natureza e em outras evidências relevantes aos processos, constituiu provisões para os questionamentos cujo desfecho com probabilidade de desembolso futuro é considerada provável.

A Fundação considerou adições no período de 2023 como processos possível no montante de R\$ 588 mil e como provável R\$ 112.

#### a) Movimentação das provisões

A movimentação das provisões durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi a seguinte:

	31/12/2021	Adições	Atualização	Pagamento	31/12/2022
Fiscais	584	-	48	-	632
Cíveis	40	-	2	-	42
Trabalhistas	100	-	-	(11)	89
Honorários advocatícios	500	-	-	(47)	453
<b>Subtotal</b>	<b>1.224</b>	<b>-</b>	<b>50</b>	<b>(58)</b>	<b>1.216</b>
Imunidade tributária (*)	14.639	1.384	1.731	-	17.755
(-) Depósitos judiciais (**)	(624)	-	(50)	-	(674)
<b>Totais</b>	<b>15.239</b>	<b>1.384</b>	<b>1.731</b>	<b>(58)</b>	<b>18.297</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2022	Adições	Atualização	Pagamento	31/12/2023
Fiscais	632	-	49	-	681
Cíveis	42	-	2	-	44
Trabalhistas	89	112	-	(18)	183
Honorários advocatícios	453	588	-	(148)	893
<b>Subtotal</b>	<b>1.216</b>	<b>700</b>	<b>51</b>	<b>(166)</b>	<b>1.801</b>
Imunidade tributária (*)	17.755	-	1.984	-	19.739
(-) Depósitos judiciais (**)	(674)	-	(51)	-	(725)
<b>Totais</b>	<b>18.297</b>	<b>700</b>	<b>1.984</b>	<b>(166)</b>	<b>20.815</b>

(\*) Os valores referentes a Contingência tributária, conforme descrito na nota 8.b.

(\*\*) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os depósitos judiciais referem-se a processos cíveis e fiscais.

#### b) Imunidade tributária

A Fundação, por se tratar de uma instituição de ensino sem fins lucrativos, goza de imunidade tributária, de acordo com o disposto no inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal.

Em razão da decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança n. 5017045-76.2019.4.03.6100, de 23/09/2019, a FECAP deixou de recolher a partir da base de cálculo de setembro de 2019 até “a entrada em vigor dos efeitos da Lei Complementar n. 187/2021” a contribuição ao INSS – parte patronal – e a contribuição ao PIS, ambos incidentes sobre sua folha de salários. Os valores de tais contribuições foram depositados em contas correntes específicas para a contingência e veem sofrendo atualização mensal. (Nota 9).

#### c) Outras informações:

Nas datas de encerramento dos exercícios, os assuntos mais relevantes são os seguintes:

##### (i) Imposto de Renda Retido na Fonte

Visando à manutenção de sua imunidade tributária, a Fundação obteve sentença de segunda instância favorável à não incidência do IRRF sobre as aplicações financeiras, contra a qual a Fazenda Nacional opôs recurso para o Supremo Tribunal Federal - STF. De acordo com os consultores jurídicos da Fundação, a probabilidade de perda nesse processo é remota e, conseqüentemente, a Administração não constituiu provisão relativa a esse assunto.

##### (ii) Imposto Sobre Serviços - ISS e Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU

A Fundação obteve da Prefeitura do Município de São Paulo, o Reconhecimento da Imunidade Tributária de IPTU para os exercícios até 2015 e imunidade de ISS até 2009, conforme despacho publicado em 1º de junho de 2011, além de ter regularizado a situação das Execuções Fiscais pertinentes ao IPTU indevidamente movidas pela PMSP.

A Prefeitura do Município de São Paulo, por meio do Processo nº 2014-0.047.351-5, concedeu, em 18 de agosto de 2014, o Título de Utilidade Pública Municipal com validade até 17 de agosto de 2017. A FECAP encaminhou o reconhecimento de sua condição de Entidade imune, em meio digital, no exercício de 2021, com vigência até 31 de dezembro de 2022.

## 9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da Fundação é composto por:

#### a) Patrimônio social

Em 31 de dezembro de 2022 corresponde ao valor de R\$ 46.854.

#### b) Reserva de reavaliação

O saldo refere-se a reavaliação do imobilizado efetuada em 2004 conforme mencionado em detalhes na nota 6 b.

A Fundação realiza o saldo da reserva de reavaliação com base na depreciação e baixa dos respectivos ativos reavaliados.

## 10. RECEITA LÍQUIDA DA ATIVIDADE DE ENSINO

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receita bruta da atividade de ensino</b>		
<b>Anuidades</b>		
Colégio	21.955	17.310
Centro universitário - graduação	74.542	62.468
Centro universitário - pós-graduação lato sensu	8.878	9.418
Centro universitário - mestrado	2.764	3.150
Centro universitário - extensão e pós lato sensu EAD	4.980	5.118
<b>Total da receita bruta</b>	<b>113.119</b>	<b>97.464</b>
<b>Deduções</b>		
Reembolso e devoluções de mensalidades	(3.259)	(3.131)
Bolsas de estudos	(22.614)	(21.305)
<b>Sub total das deduções</b>	<b>(25.873)</b>	<b>(24.436)</b>
<b>Deduções filantropia</b>		
Bolsas de estudo prouni 100%	(10.627)	(3.624)
Bolsas de estudo prouni 50%	(3.941)	(7.665)
Bolsas de estudo filantrópicas (educação básica) 100%	(1.962)	(1.690)
Bolsas de estudo filantrópicas (educação básica) 50%	(545)	-
Bolsas de estudo filantrópicas (ensino superior) 50%	(260)	-
Custo do serviço de assistência social gratuita (i) *	(612)	(44)
<b>Sub total das deduções filantrópicas</b>	<b>(17.947)</b>	<b>(13.023)</b>
<b>Total das deduções filantrópicas</b>	<b>(43.820)</b>	<b>(37.459)</b>
<b>Receita líquida da atividade de ensino</b>	<b>69.299</b>	<b>60.005</b>

(i) Reclassificação em 2022 R\$ 44 mil referente Custo do serviço de assistência social gratuita contra custo da atividade de ensino colégio: Brindes.

\* Para fins de melhor apresentação comparativa dessas informações efetuamos reclassificação, entre rubricas, dos saldos anteriormente divulgados nas demonstrações contábeis elaboradas em 31 de dezembro de 2022.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 11. CUSTOS DA ATIVIDADE DE ENSINO

	31/12/2023	31/12/2022 Reclassificação
Colégio (i) *	(11.897)	(12.387)
Centro Universitário - graduação	(24.231)	(25.419)
C. Universitário - pós-graduação lato sensu	(3.845)	(5.819)
Centro Universitário FECAP - mestrado	(3.076)	(3.810)
Centro Universitário - Extensão e Pós lato sensu EAD	(3.386)	(3.482)
<b>Total dos custos</b>	<b>(46.435)</b>	<b>(50.917)</b>

#### Custos da atividade de ensino

	31/12/2023	31/12/2022 Reclassificação
Pessoal administrativo e docente (i)	(42.579)	(46.205)
Serviços prestados por terceiros	(2.831)	(3.138)
Outros gastos acadêmicos gerais e administrativos	(333)	(207)
Brindes (ii) *	(210)	(154)
Viagens e estadas	(189)	(83)
Treinamento de pessoal	(109)	(33)
Aluguéis	(85)	(825)
Revistas técnicas	(49)	(114)
Impostos e taxas *	(39)	(148)
Atualização de contingência (imunidade tributária) *	(2)	(3)
Outros	(9)	(7)
	<b>(46.435)</b>	<b>(50.917)</b>

(i) inclui os encargos sociais;

(ii) Reclassificação em 2022 R\$ 44 mil referente Custo do serviço de assistência social gratuita contra custo da atividade de ensino colégio: Brindes.

\* Para fins de melhor apresentação comparativa dessas informações efetuamos reclassificação, entre rubricas, dos saldos anteriormente divulgados nas demonstrações contábeis elaboradas em 31 de dezembro de 2022.

### 12. GERAIS ADMINISTRATIVAS

A Fundação optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido, a seguir, o detalhamento dos custos e das despesas por natureza:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Gerais e administrativas</b>		
Serviços e materiais de informática	(3.180)	(3.315)
Utilidades e serviços (ii)	(2.218)	(1.953)
Manutenção e conservação	(2.203)	(1.693)
Honorários advocatícios, consultoria e auditoria	(1.079)	(481)
Segurança e vigilância	(681)	(1.132)
Eventos e festividades	(589)	(256)
Locação de equipamentos de impressão	(362)	(356)

#### Gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Contribuições a entidades de classe	(322)	(258)
Material de escritório	(156)	(182)
Condução, fretes e carretos	(80)	(139)
Periódicos e didáticos (iii)	(59)	(73)
Conferências e congressos	(41)	(101)
Outros	(6)	(46)
	<b>(10.976)</b>	<b>(9.985)</b>

(i) Refere-se à água, esgoto, energia elétrica, telefone e correios;  
(ii) Refere-se à assinatura de livros, jornais e mídias eletrônicas.

### 13. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022 Reclassificação
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.918	3.177
Atualização de plano de parcelamento próprio (i)	410	415
Outras receitas	160	158
	<b>4.488</b>	<b>3.750</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Despesas bancárias	(461)	(389)
Ajuste a valor presente dos recebíveis	(297)	(2)
Atualização de contingência (imunidade tributária) *	(1.984)	(1.731)
	<b>(2.742)</b>	<b>(2.122)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>1.746</b>	<b>1.628</b>

(i) Refere-se à atualização monetária de plano próprio de parcelamento ofertado aos estudantes, com vistas a propiciar maior inclusão social na Fundação.

\* Para fins de melhor apresentação comparativa dessas informações efetuamos reclassificação, entre rubricas, dos saldos anteriormente divulgados nas demonstrações contábeis elaboradas em 31 de dezembro de 2022.

### 14. DIREITO DE USO DE IMÓVEL

A Fundação possuía um imóvel referente a locação de edifício para o Campus Pinheiros com contrato vencimento em 31/12/2025. No quatro trimestre de 2022 efetuou o distrato e o imóvel foi devolvido em abril de 2023. Como resultado da negociação, a FECAP efetuou a baixa dos ativos e passivos decorrentes da operação de arrendamento e reconheceu um passivo no valor de R\$ 746 para complementar o valor da obrigação, relacionado aos valores da rescisão contratual, devidamente quitado em abril de 2023, no montante total de R\$ 1.116.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 15. GRATUIDADE POR MEIO DE BOLSAS DE ESTUDOS E BENEFÍCIOS

#### a) Cadastro nos sistemas de informação

Conforme previsto no inciso II, parágrafo 1o., do art. 18 da Lei Complementar nº 187/2021, a FECAP informa anualmente os dados referentes à instituição ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), por meio do preenchimento do Censo Escolar e do Censo da Educação Superior. Todas as bolsas de estudo computadas como aplicação em gratuidade pela Fundação no ensino superior estão informadas no Censo da Educação Superior. Caso ainda não estejam, por questões operacionais do INEP (data de fechamento do censo), a Fundação mantém controles destas para que sejam inseridas na próxima abertura do sistema pelo INEP.

#### b) Plano nacional de educação

Os serviços de educação desenvolvidos pela Fundação são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação – Plano Nacional de Educação (PNE) – e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96).

A Fundação cumpriu as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação vigente na forma do art. 214 da Constituição Federal.

#### c) Análise do perfil socioeconômico

A Fundação mantém controle individual dos prontuários, com documentação e informações prestadas pelos alunos, respaldando a análise socioeconômica e a concessão das bolsas educacionais integrais e parciais.

#### d) Ato de credenciamento

De acordo com o que determina o art. 18, inciso I da Lei Complementar nº 187/2021, a Fundação é devidamente credenciada para pelo Ministério da Educação para atuar com Educação Superior, e pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, para atuar no âmbito da Educação básica

#### e) Demonstrativo do cumprimento mínimo de concessão de bolsas integrais

A Fundação atende a Lei Complementar 187/2021 na questão dos números de bolsas quantitativas (uma bolsa de estudo integral para cada 05 alunos pagantes), na educação básica e superior, conforme demonstrativo a seguir:

	Educação Básico e Técnico	Educação Superior com ProUNI	Educação Superior com ProUNI	Montante s e recursos aplicados anual
Demonstrativo 1/9 e 1/5 - fim do período letivo	2023	2023-1	2023-2	
<b>Total de alunos matriculados</b>	648	3.092	3.151	<b>96.497</b>
Excluindo				
Bolsas de estudo ProUni 100% (Ed. Superior)	-	413	484	<b>(10.627)</b>
Bolsas de estudo filantrópicas Lei 187/2021 (Educação básica) 100%	49	-	-	<b>(1.962)</b>
Outras Bolsas Integrais - Convenção Coletiva Sem Perfil e insititu cionais inadimplentes	31	50	53	<b>(2.053)</b>
Inadimplentes	15	32	61	<b>(455)</b>
<b>(=) Alunos pagantes</b>	<b>553</b>	<b>2.597</b>	<b>2.553</b>	
<b>Total mínimo de bolsistas integrais por aluno pagante - 1x9</b>	<b>61</b>	<b>289</b>	<b>284</b>	
<b>Total mínimo de bolsistas integrais por aluno pagante - 1x5</b>	<b>111</b>	<b>519</b>	<b>511</b>	
<b>Cumprimento 1x9 - Educação Básica e Superior</b>				
Bolsistas integrais (100%) ProUNI	-	413	484	<b>(10.627)</b>
Bolsas de estudo filantrópicas Lei 187/2021 (Educação Básica) 100% - Acumulado educação Básica profissional Técnica de nível médio	98	-	-	<b>(1.962)</b>
<b>Excedente de bolsas da entidade no 1x9</b>	<b>37</b>	<b>124</b>	<b>200</b>	

#### Cumprimento 1x5 - Educação Básica e Superior

Bolsas de estudo ProUNI (50%) (Ed. Superior)	-	324	349	<b>(3.941)</b>
Bolsas de estudo ProUNI (100%) (Ed. Superior)	-	413	484	<b>(10.627)</b>
Bolsas de estudo filantrópicas Lei 187/2021 (Ed. Básica) 100%	98	-	-	<b>(1.962)</b>
Bolsas de estudo filantrópicas Lei 187/2021 (Ed. Básica e Superior) 50%	30	95	88	<b>(260)</b>
<b>Total de bolsas integrais concedidas considerando a conversão das bolsas de 50% em 2023</b>	<b>113</b>	<b>623</b>	<b>703</b>	<b>(16.790)</b>
<b>Bolsas Convertidas por Benefícios complementares - Tipo I - ao aluno Bolsista</b>	<b>17</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(612)</b>
<b>Total de bolsas da entidade no cumprimento 1x5</b>	<b>130</b>	<b>623</b>	<b>703</b>	
<b>Excedente de bolsas da entidade no cumprimento 1x5</b>	<b>19</b>	<b>103</b>	<b>192</b>	

#### • Quadro 01

Imunidade usufruída:

Valor total da isenção usufruída:	31/12/2022	31/12/2022
Cota patronal INSS	7.040	-
SAT_Seguro acidente e terceiros	2.039	-
PIS	349	-
<b>Total bolsas concedidas</b>	<b>9.428</b>	<b>-</b>

### 16. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

Remuneração da administração

A Fundação não remunera seus membros dos Conselhos Fiscal e de Curadores e não possui qualquer transação com partes relacionadas.

### 17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Classificação e mensuração

a) Composição dos instrumentos financeiros:

	31/12/2022	31/12/2022
<b>Ativos (passivos) financeiros:</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	17.074	5.134
Aplicações financeiras vinculadas	19.739	19.468
Anuidades a receber – líquidas	9.761	11.412
Depósitos judiciais	725	674
	<b>47.299</b>	<b>36.689</b>
Fornecedores	(1.513)	(548)
Outras contas a pagar	(145)	(987)
	<b>(1.657)</b>	<b>(1.535)</b>

A Administração da Fundação é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos seus valores de custos acrescidos de juros, quando aplicável, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

### Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### b) Derivativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Fundação não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

- (i) Local 01 - Avenida da Liberdade, 532 - Blocos A,B,C, D e E - São Paulo-SP  
(ii) Local 02 - Largo São Francisco, 19 - Sé - São Paulo/SP

#### Responsabilidade civil

- A apólice de responsabilidade civil contratada (Tokio Marine Seguradora S.A), possui vigência para o período de 26 de agosto de 2023 a 26 de agosto de 2024. (Limite máximo de indenização R\$ 8.000.000,00);

#### Riscos cibernéticos

- A apólice de responsabilidade e Proteção Cibernética contratada (Tokio Marine Seguradora S.A), possui vigência para o período de 10 de dezembro de 2023 a 10 de dezembro de 2024. (Limite máximo de indenização R\$ 1.000.000,00);

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

**Edison Simoni da Silva**  
Superintendente Geral  
CPF 257.970.668-23

**Taiguara de Freitas Langrafe**  
Superintendente Adjunto  
CPF 276.518.258-29

**Valdir Alexandre de Oliveira**  
T.C. - CRC-SP 168.615/O-0  
CPF 021.604.438-32

## 18. GESTÃO DE RISCOS

#### a) Risco de crédito

O nível de anuidades a receber da Fundação é monitorado por meio de controles internos e, para aqueles em que não há expectativa de realização, é constituída a provisão para anuidades de recebimento duvidoso, o que limita o risco de contas inadimplentes. A matrícula para o próximo período letivo é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a Fundação.

A Fundação mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em instituições financeiras aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos.

#### b) Gestão de risco de mercado

Os resultados das operações da Fundação dependem da sua capacidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro entre as receitas de mensalidades e os custos fixos e variáveis. Para a captação de alunos, a Fundação realiza ações comerciais totalmente embasadas no conceito de marketing de relacionamento, sendo ações de comunicação cujas metas quantitativas ganham sentido apenas quando acompanhadas de atributos qualitativos.

As condições adversas do mercado, que podem impactar de forma negativa o resultado das operações da Fundação, estão diretamente relacionadas com a estagnação no número de ingressantes e na concorrência que cresce anualmente.

#### c) Gestão do risco de liquidez

A Fundação gerencia o risco de liquidez mantendo reservas e através de acompanhamento contínuo das previsões e do fluxo de caixa real e da combinação dos prazos de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

## 19. SEGUROS CONTRATADOS

As coberturas de seguro da Fundação foram determinadas com base em estudos técnicos e apresentam a seguinte posição em 2023:

• A apólice de seguro contratada (Swiss R Corporate Solution Brasil Seguros S.A.) possui vigência para o período de 23 de março de 2023 a 23 de março de 2024;

Cobertura	Valor
Incêndio, queda de raio, explosão e tumultos Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e impacto de veículos (i)	82.100
Lucros cessantes (LB) decorrente da cobertura básica e 18 - Queda de aeronave ou quaisquer outros engenhos aéreos ou espaciais. (ii)	10.287
<b>Cobertura nos 02 locais:</b>	
Terrestres e aéreos.	2.000
Danos elétricos	700
Roubo e furto qualificados de bens nas dependências do assegurado	500
Anúncios e/ou letreiros	100
Quebra de vidros	100
Tumultos, greves e "lockout"	1.900
Alagamento e Inundação	200
105	105
Fidelidade de empregados	100
Equipamentos eletrônicos	415
Ruptura de tubulações	200

\*\*\*

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros/Administração da

Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (“FECAP” ou “Fundação”)

São Paulo – SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (“FECAP” ou “Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do superávit, do superávit abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem finalidade de lucro e demais pronunciamentos contábeis, quando aplicável.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Fundação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

#### Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Fundação, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações contábeis da FECAP. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor

adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da FECAP é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem finalidade de lucro e demais pronunciamentos contábeis, quando aplicável, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da FECAP continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da FECAP são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtivemos evidência de auditoria suficiente e apropriada para fundamentar uma base para nossa opinião. O risco de não se detectar uma distorção relevante resultante de fraude é maior que aquele de se detectar uma distorção relevante resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou transgressão dos controles internos;

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação;

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

Concluimos quanto a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a FECAP a não mais se manter em continuidade operacional;

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

# Demonstrações Financeiras 2023



**FECAP**

FUNDAÇÃO ESCOLA DE  
COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO

Av. da Liberdade, 532 01502-001 - São Paulo - SP  
CNPJ 60736.683/0001-71

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, respectivas salvaguardas.

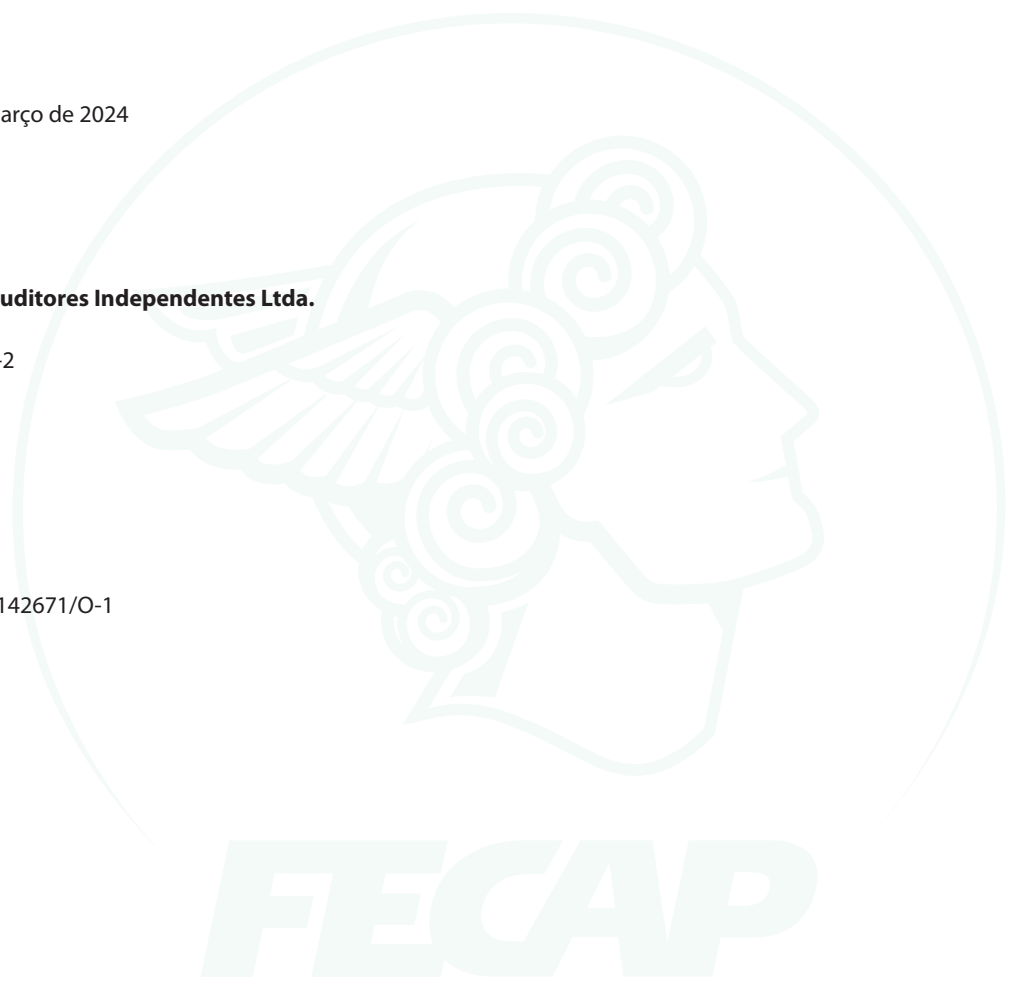
São Paulo, 20 de março de 2024

**IRKO Hirashima Auditores Independentes Ltda.**

CRC 2SP020649/O-2

Nilton Shimizu

Contador CRC 1SP142671/O-1



## RELATÓRIO DO PARECER DO CONSELHO FISCAL

### ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

Aos dezanove dias de março de 2024, às 11h, na sede da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP, situada na Avenida da Liberdade, 532, São Paulo – SP, reuniram-se os Membros do Conselho Fiscal: Dr. Clóvis Ailton Madeira, Dr. Sérgio Prado de Mello e Dr. Walter Arnaldo Andreoli. Foi iniciada a reunião, com a presença também dos representantes da IRKO Hirashima Auditores Independentes, o Sr. Nilton Shimizu, o Sr. Mario Carli e o Sr. Rodrigo Masão, e pela FECAP o Sr. Edison Simoni da Silva, Superintendente Geral, o Sr. Taiguara de Freitas Langrafe, Superintendente Adjunto, encarregado de secretariar a reunião, e o Sr. Valdir Alexandre de Oliveira, Gerente da Contabilidade.

Ordem do Dia:

Apresentação das Demonstrações Contábeis de 2023, compreendendo:

- Balanço Patrimonial. · Demonstrações do Superávit.
- Demonstrações do Superávit Abrangente.
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa.
- Demonstrações do Valor Adicionado.
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.
- Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

A Administração da FECAP apresentou o Sumário Executivo (Relatório de Atividades), o conjunto de relatórios e os demonstrativos contábeis referentes ao ano de 2023, prestando esclarecimentos sobre as indagações feitas pelos Conselheiros.

Na sequência, os Srs. Rodrigo Masão e Mario Carli discorreram acerca dos trabalhos desenvolvidos pela IRKO Hirashima Auditores Independentes. Concluíram pela adequação das demonstrações retro citadas, emitindo seu relatório de auditoria “sem ressalvas”.

O relatório de Controles Internos será posteriormente apresentado com comentários e encaminhamentos da Administração.

Os Conselheiros analisaram as mencionadas demonstrações e relatórios apresentados, efetuando diversas indagações à Administração e aos Auditores Independentes. Recebendo os adequados esclarecimentos, emitiram seu parecer, como segue:

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP, em reunião realizada em sua sede situada na Avenida da Liberdade, 532, São Paulo – SP, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Sumário Executivo (Relatório de Atividades); Balanço Patrimonial; as Demonstrações do Superávit; as Demonstrações do Superávit Abrangente; as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido; as Demonstrações dos Fluxos de Caixa; as Demonstrações do Valor Adicionado; as Notas

Explicativas às Demonstrações Contábeis; e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

Baseados nesses exames, bem como na opinião sem ressalva da IRKO Hirashima Auditores Independentes, cujo relatório foi emitido em 19 de março de 2024, os Conselheiros opinaram favoravelmente a respeito dos supracitados documentos, informando, ainda, que eles se encontram em condições de ser votados e aprovados pelo Conselho de Curadores. Nada mais havendo a tratar, lavraram a presente ata, que lida e aprovada é assinada por todos.

São Paulo, 19 de março de 2024.



# **FECAP**

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO

Av. da Liberdade, 532 01502-001 – São Paulo – SP  
CNPJ 60.736.683/0001-71